



Relatório de Atividades do TCE-MS

1º Trimestre - 2026

Conselho Deliberativo

Conselheiro Flávio Esgaib Kayatt
Presidente

Conselheiro Iran Coelho das Neves
Vice-Presidente

Conselheiro Marcio Campo Monteiro
Corregedor-Geral e Diretor-Geral da ESCOEX

Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo
Ouvidor

Conselheiros
Waldir Neves Barbosa
Ronaldo Chadid
Sérgio de Paula

Conselheiros Substitutos
Coordenador - Leandro Lobo Ribeiro Pimentel
Subcoordenadora - Patrícia Sarmento dos Santos
Célio Lima de Oliveira

Ministério Público de Contas

Procurador-Geral de Contas
João Antônio de Oliveira Martins Júnior

Procurador-Geral Adjunto
Matheus Henrique Pleutim de Miranda

Corregedor-Geral
Joder Bessa e Silva

Corregedor-Geral Substituto
Bryan Lucas Reichert Palmeira

Elaboração

Ariene Rezende do Carmo Castro
Anahi Philbois
Isabel Cristiane Loureiro de Almeida
Judite Maria Grossl
Roberto Manvailer Munhoz

Sumário

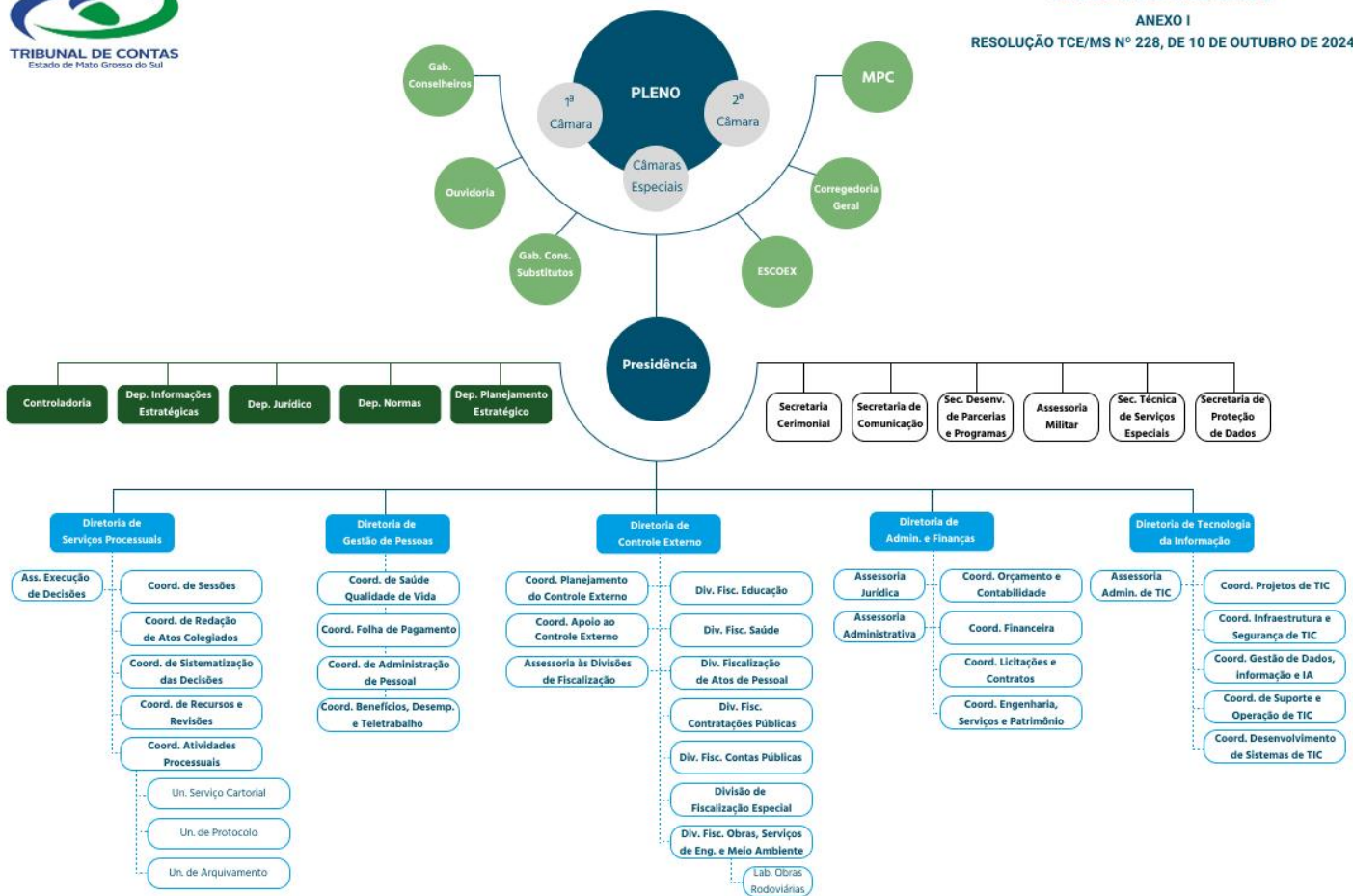
Organograma	04
Identidade Estratégica	05
Mapa Estratégico	06
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	07
Tribunal em Números	08
Controle Externo.....	10
Diretoria de Serviços Processuais	14
Ouvidoria	18
Corregedoria-Geral.....	21
Diretoria de Administração e Finanças.....	22
Normas do TCE-MS	25
Gestão de Pessoas	26
Tecnologia da Informação	27
Departamento Jurídico.....	28
Controle Interno.....	29
Escoex	30
Secretaria de Comunicação.....	31



ORGANOGRAMA

ANEXO I

RESOLUÇÃO TCE/MS Nº 228, DE 10 DE OUTUBRO DE 2024



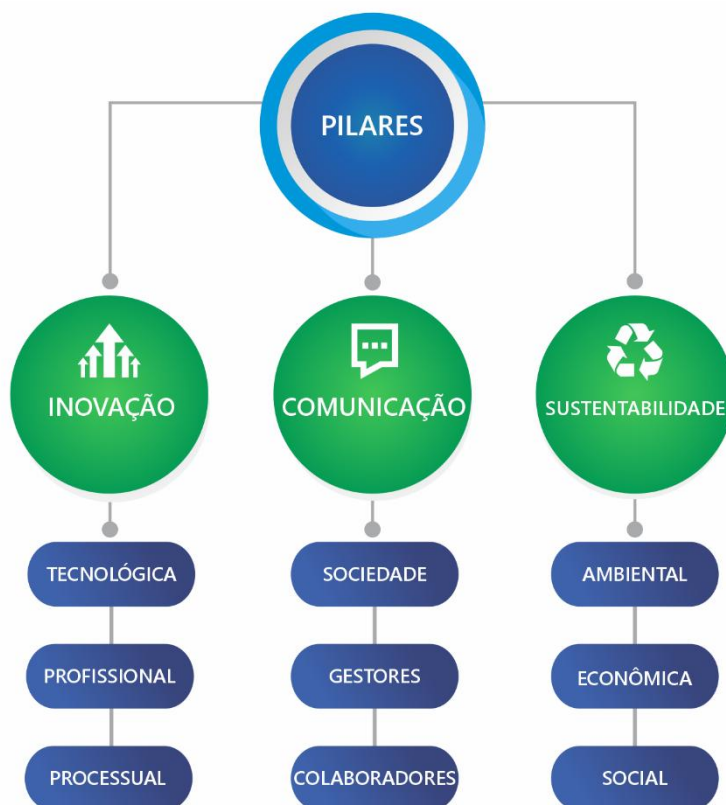
IDENTIDADE ESTRATÉGICA 2026-2029

VISÃO

Ser um Tribunal de Contas sustentável, acessível e colaborativo, que orienta e fiscaliza para gerar valor público e confiança na sociedade.

MISSÃO

Provocar transformações na gestão pública que resultem em impactos positivos e perceptíveis para os cidadãos, mediante o exercício do controle externo.



MAPA
ESTRATÉGICO
2026-2029



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)

O TCE/MS direciona seu Planejamento Estratégico 2026-2029 e, conseqüentemente, suas ações para o cumprimento da Agenda 2030, instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU). A iniciativa é constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais buscam erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que a sociedade desfrute de paz e prosperidade.



Tribunal em Números



13.087

Estoque de Processos



44

Auditorias Realizadas



310

Processos Autuados



1.613

Processos Julgados



70

Multas Aplicadas

R\$ 323.445,57

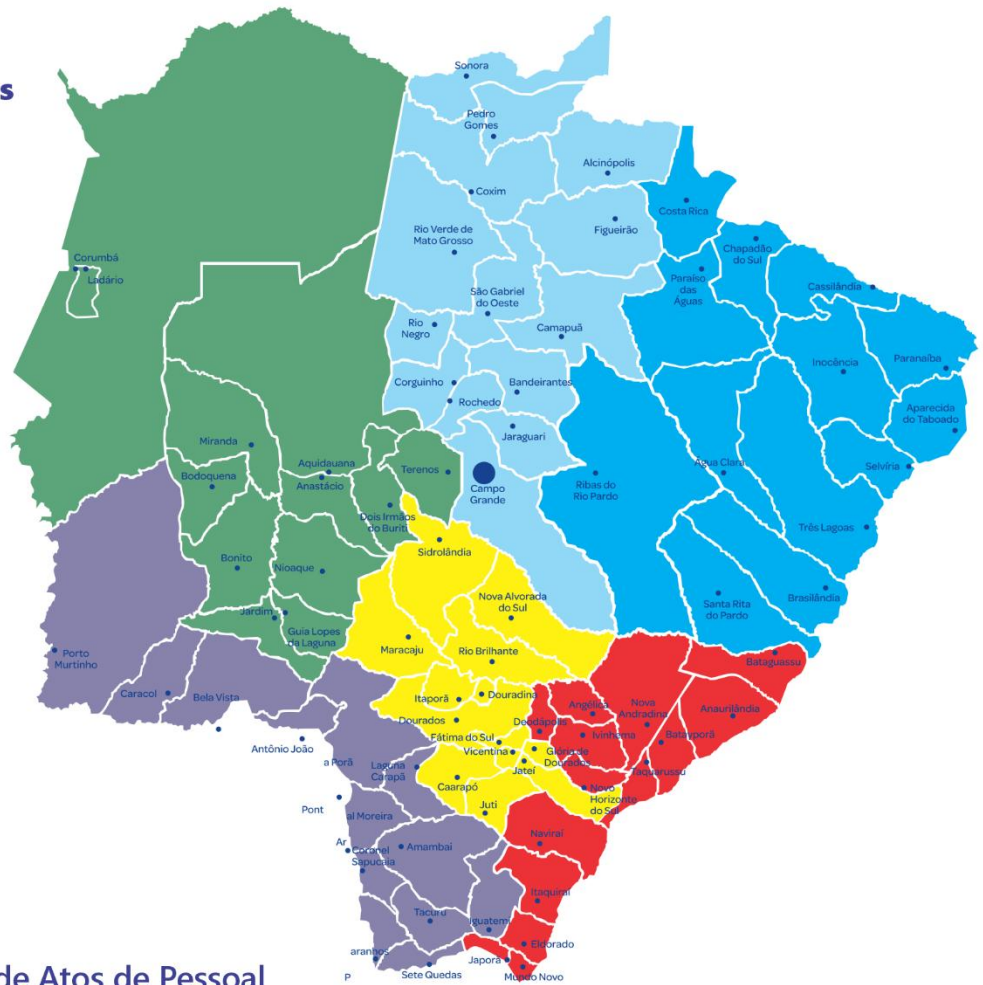


12

Cautelares Expedidas

Mapa dos Jurisdicionados 2025 - 2026

- Grupo I
- Grupo II
- Grupo III
- Grupo VI
- Grupo V
- Grupo IV



3

Fiscalizações de Atos de Pessoal



6

Fiscalizações de Contratação Pública



7

Auditorias Especiais



4

Fiscalizações de Saúde



4

Fiscalizações em Obras



11

Fiscalizações em Educação



9

Fiscalizações em Contas
de Governo e Gestão



22

Total de Fiscalizações Concluídas

R\$ 1.376.396.964,03

Valor Fiscalizado

Controle Externo

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATAÇÕES E PARCERIAS



90*

**ANÁLISES EM
CONTROLE PRÉVIO**

8**

**CAUTELARES
CONCEDIDAS**

R\$ 342.225.769,21



10

**Fiscalizações
Concluídas**



6

**Fiscalizações
Em execução**



161***

**Processos
Analisados**

* Os processos referem-se aos exercícios de 2025 (analisados em 2026) e 2026; Alguns desses processos foram redistribuídos à Divisão competente;

** Das 10 Cautelares Solicitadas: 8 foram concedidas;

*** desse total de 161 processos analisados, além das 90 análises de controle prévio, 30 processos referem-se à denúncias e representações.

Fiscalização Destaque

Fiscalização da conformidade dos atos administrativos relacionados a licitações, credenciamentos, dispensas e inexigibilidades, abrangendo aspectos de governança, planejamento, controle interno, gestão de riscos e transparência. A ação teve por objetivo avaliar a governança das contratações públicas, com enfoque na liderança, no acesso à informação, na mitigação de riscos e na conformidade com a Lei n. 14.133/2021, contribuindo para a prevenção de fraudes e para o aprimoramento dos processos de contratação pública.

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO ESPECIAL



1

**Fiscalizações
Concluídas**



7

**Fiscalizações
Em execução**

R\$ 860.429.062,00* Fiscalizados

Fiscalização Destaque

Fiscalização das políticas para a primeira infância, assegurando aplicação eficaz de recursos e promovendo desenvolvimento integral das crianças, com foco na política pública de Assistência Social dos Municípios.

* fração do valor total de R\$ 3.441.716.248,00 previsto da fiscalização.

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO



3

**Fiscalizações
Concluídas**



11

**Fiscalizações
Em execução**

R\$ 6.514.712,71 Fiscalizados



251

**Processos
Analisados**

Fiscalização Destaque

Fiscalização com foco em análises de risco, programas e ações voltados para à educação antirracista e violência contra mulheres e meninas.

DIVISÃO DE CONTAS DE GOVERNO E GESTÃO



2

**Fiscalizações
Concluídas**



9

**Fiscalizações
Em execução**

R\$ 61.587.009,34



128

**Processos
Analisados**

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE



133

**ANÁLISES EM
CONTROLE PRÉVIO**

2*

**CAUTELARES
CONCEDIDAS**

R\$ 26.690.502,24



1

**Fiscalizações
Concluídas**



4

**Fiscalizações
Em execução**



276

**Processos
Analisados**



5**

**Laboratório de
Obras Rodoviárias**

Fiscalização Destaque

Levantamento da quantidade, a localização, o estado de conservação, o histórico de manutenção e outras informações relevantes sobre as obras de arte especiais (estruturas de infraestrutura que exigem projetos específicos devido a sua complexidade, como pontes, viadutos e passarelas) na área urbana do município de Campo Grande/MS

*17 Cautelares Solicitadas: 2 concedidas - 12 intimações para justificativas - 1 em análise - 2 arquivadas.

** 3 Viagens do Laboratório no apoio as fiscalizações;

1 análise de documentos técnicos e Visitas Técnicas em todas as OAE's do município de Campo Grande/MS.

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ATOS DE PESSOAL



2

Fiscalizações
Concluídas



3

Fiscalizações
Em execução

R\$ 473.221,50 fiscalizados



654

Registros de
Atos de Pessoal



1082

Processos
Analisados

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM SAÚDE



55

ANÁLISES EM
CONTROLE PRÉVIO

2

CAUTELARES
CONCEDIDAS

R\$ 78.949.908,53



4

Fiscalizações
Concluídas



3

Fiscalizações
Em execução



269

Processos
Analisados

Fiscalização Destaque

Acompanhamento do Programa de Assistência
Farmacêutica na Capital.

Diretoria de Serviços Processuais

SESSÕES PLENÁRIAS

		JAN		FEV		MAR		TOTAL		
CONVOCAÇÃO		CAM	PLEN	CAM	PLEN	CAM	PLEN			
ORDINÁRIA		0	0	2	2	10	6	20		
RESERVADA		0	0	0	0	4	1	5		
TOTAL I		0	0	2	2	14	7			
TOTAL II(CAM+PLEN)		0		4		21		25		

PROCESSOS JULGADOS

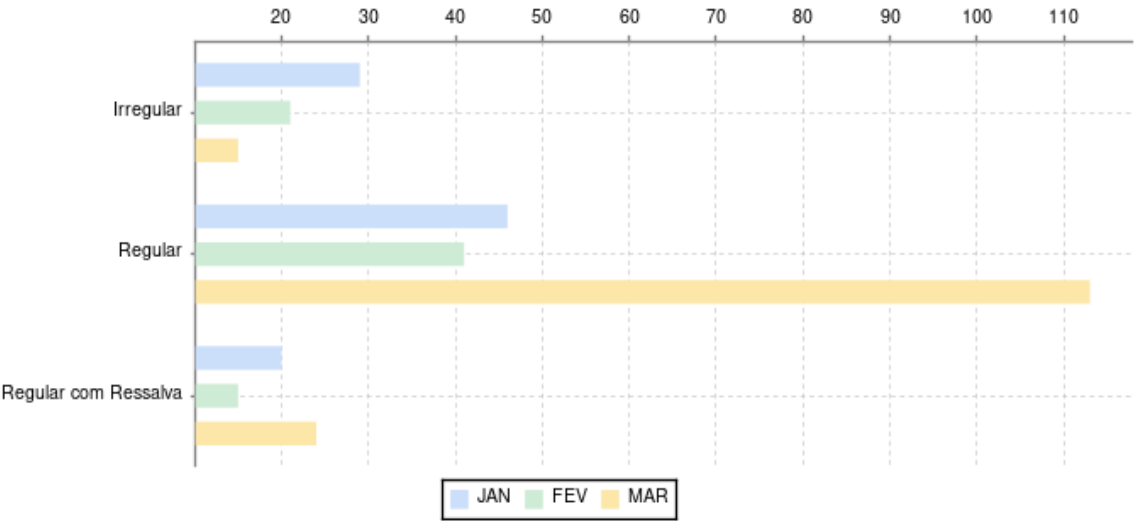
		JAN		FEV		MAR		TOTAL		
ASSUNTO		CAM	PLEN	CAM	PLEN	CAM	PLEN			
TOTAL I		100	30	38	18	100	80			
TOTAL II(CAM+PLEN)		130		56		180		366		

RESULTADO DOS JULGAMENTOS- PARECER PRÉVIO

			JAN	FEV	MAR	TOTAL
Favorável	PREFEITURA MUNICIPAL		3	1	3	7
TOTAL			3	1	3	7

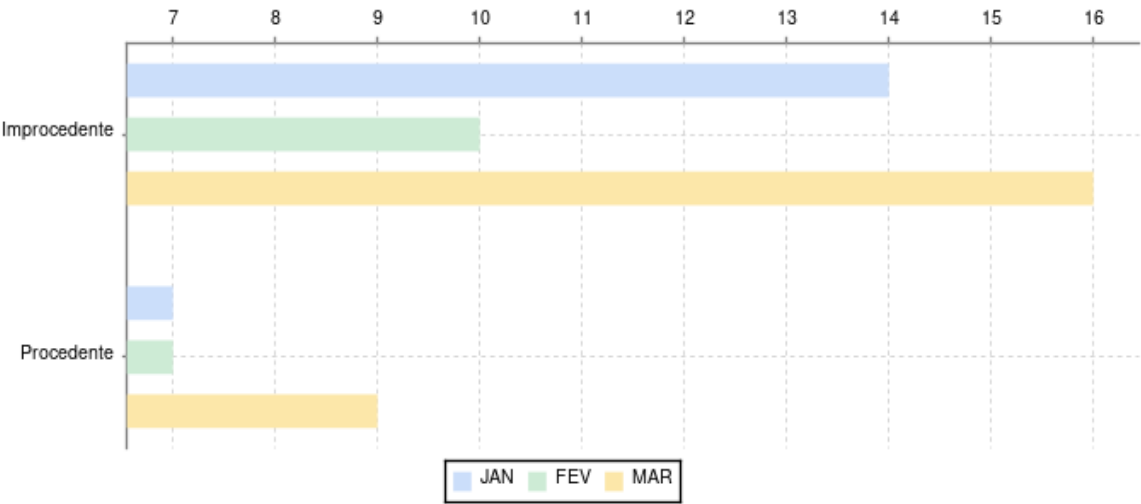
RESULTADO DOS JULGAMENTOS- PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO

	JAN	FEV	MAR	TOTAL
TOTAL	95	77	152	324



RESULTADO DOS JULGAMENTOS- RECURSOS

	JAN	FEV	MAR	TOTAL
TOTAL	21	17	25	63

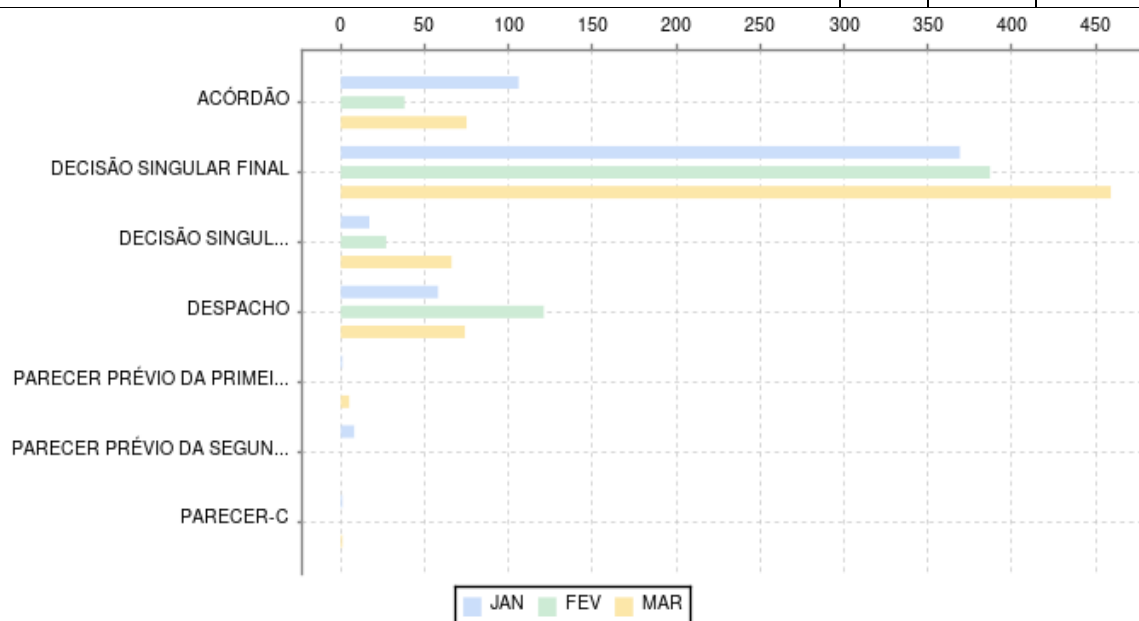


RESULTADO DOS JULGAMENTOS- PROCESSO JULGADO – MULTAS

	JAN	FEV	MAR	TOTAL
TOTAL	77	41	26	144

PUBLICAÇÕES

	JAN	FEV	MAR	TOTAL
TOTAL	560	573	680	1813



PROCESSOS AUTUADOS

	JAN	FEV	MAR	TOTAL
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	10	23	26	59
PROCESSOS TÉCNICOS	288	329	409	1026
TOTAL	298	352	435	1085

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS A CONSELHEIROS

	JAN	FEV	MAR	TOTAL
CONSELHEIRO WALDIR NEVES BARBOSA	34	30	33	97
CONSELHEIRO IRAN COELHO DAS NEVES	19	22	25	66
CONSELHEIRO RONALDO CHADID	26	45	19	90
CONSELHEIRO OSMAR DOMINGUES JERONYMO	41	49	37	127
CONSELHEIRO MARCIO CAMPOS MONTEIRO	36	49	65	150
CONSELHEIRO SÉRGIO DE PAULA	39	29	34	102
TOTAL	195	224	213	632

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS A CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

	JAN	FEV	MAR	TOTAL
CONSELHEIRO SUBSTITUTO CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA	68	119	97	284
CONSELHEIRO SUBSTITUTO LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL	32	101	72	205
CONSELHEIRA SUBSTITUTO PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS	39	59	60	158
TOTAL	139	279	229	647

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS AO GABINETE DA PRESIDÊNCIA

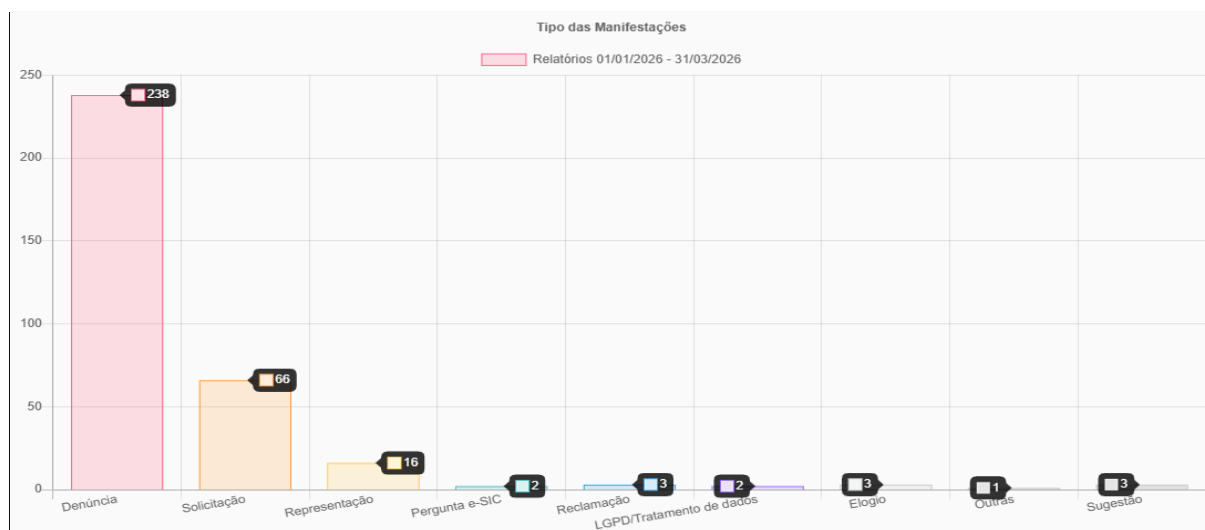
	JAN	FEV	MAR	TOTAL
ANÁLISES				
DESPACHO	12	14	22	48
TOTAL	12	14	22	48

Ouvidoria

- **Em 06/03/2026** - Ouvidoria do TCE-MS participa da solenidade de posse da nova diretoria do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério (<https://www.tce.ms.gov.br/noticias/detalhes/8281/ouvidoria-do-tce-ms-participa-da-solenidade-de-posse-da-nova-diretoria-do-conselho-nacional-dos-ouvidores-do-ministerio>);
- **Em 16/03/2026** – Dia Nacional do Ouvidor: TCE-MS reforça seu compromisso com o cidadão (<https://www.tce.ms.gov.br/noticias/detalhes/8287/dia-nacional-do-ouvidor-tce-ms-reforca-seu-compromisso-com-o-cidadao>);
- **Em 18/03/2026** – realização, em parceria com a Escola Superior de Controle Externo do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (Escoex), do Curso: Ouvidoria do TCE-MS: Transparência, Controle Social e Participação Cidadã;
- **Em 26/03/2026** – participação por videoconferência da “Ouvidorias como Ponte entre o Cidadão e o Controle Externo”, ocorrido em Brasília, realizada pelo Instituto Serzedello Corrêa - Escola Superior do Tribunal de Contas da União.

MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS

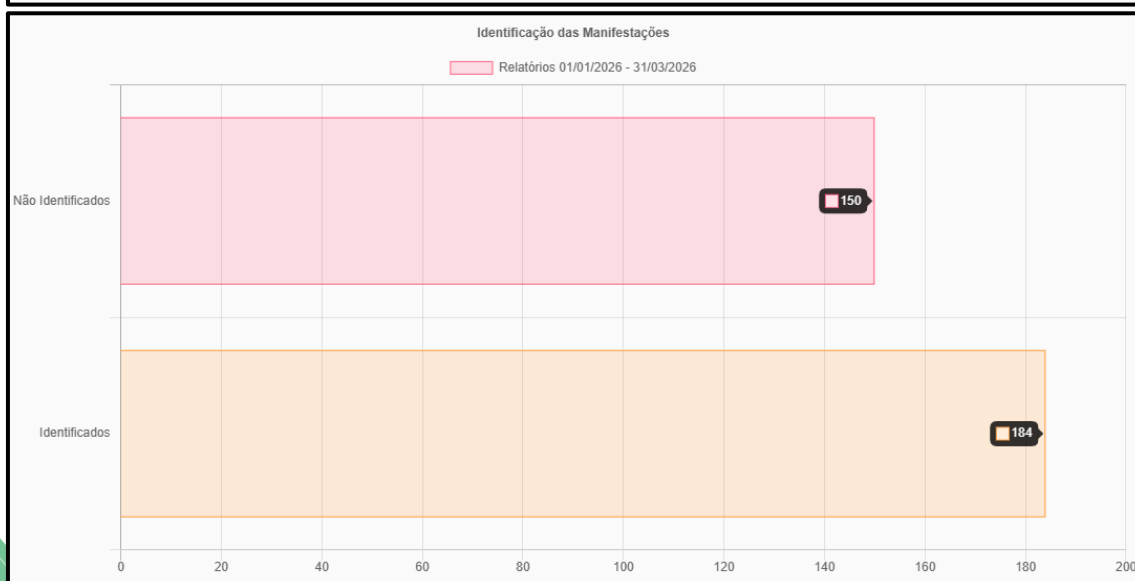
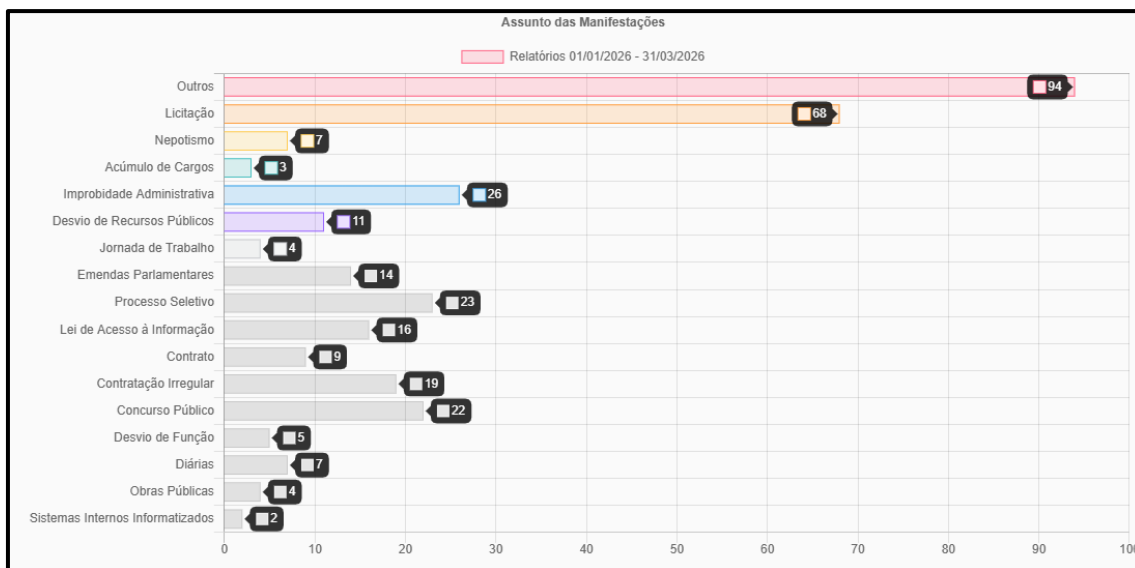
A Ouvidoria do TCE-MS, durante os meses de janeiro a março de 2026, recebeu 334 (trezentos e trinta e quatro) manifestações, realizando aproximadamente 350 despachos, em média sendo elas:



www.tce.ms.gov.br/ouvidoria/relatorios

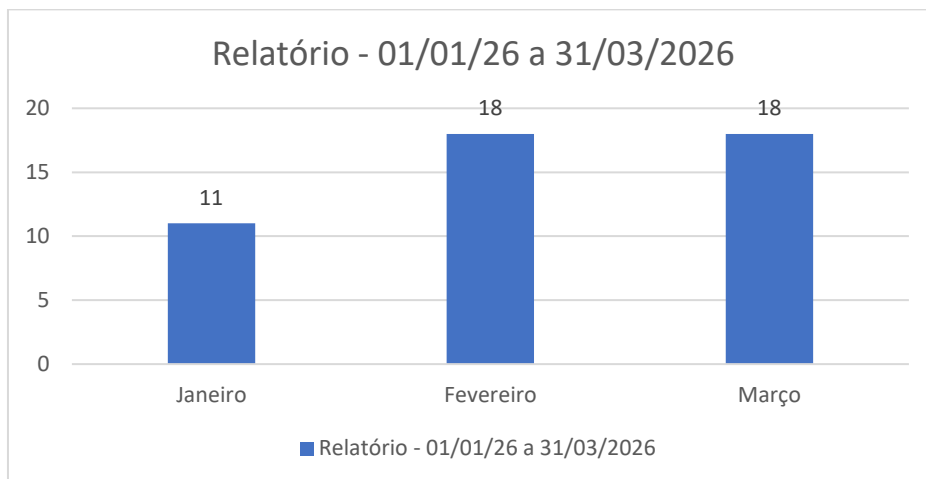
Relatório de Atividades do TCE-MS

1º Trimestre - 2026



ATENDIMENTO RESOLVIDO SEM AUTUAÇÃO PROCESSUAL

Nos meses de janeiro a março de 2026 foram encaminhadas 47 (quarenta e sete) solicitações por e-mail, solucionadas sem a necessidade de autuação processual, número que reforça a eficácia do atendimento da Ouvidoria do TCE-MS.



PESQUISA DE SATISFAÇÃO DA OUVIDORIA

A Ouvidoria do TCE-MS recebeu avaliações espontâneas de 3 (três) usuários sobre os serviços e atendimentos disponibilizados aos cidadãos. Deste total, 2 (dois) consideraram o trabalho como “ótimo” e como “bom”, conforme detalhado no quadro abaixo:



Corredegoria-Geral



01

RESOLUÇÕES



05

PROVIMENTOS

- **Relatórios estatísticos mensais.**
- **Atualização do site da Corregedoria:** notícias do TCE.
- **Atualização de normativos:** procedimentos de investigação disciplinar.
- **Correções em todas as Divisões de Fiscalização e Gabinetes.**
- **Campanhas** sobre ética, **Dia Internacional da Ética**, divulgação do **código de conduta ética – Prevad- Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação;**
- Em cumprimento de sua finalidade e competências, foram acompanhadas as atividades desenvolvidas dos seguintes órgãos Colegiados: **Comissão de Ética, Comitê de Avaliação e Preservação de Documentos (CDOC), Comissão do Estágio Probatório, Comissão de Processo Disciplinar, Comitê Técnico de Prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação, Comitê de Segurança da Informação, Comitê de Gestão Tática e a Comissão para Implementação de Inteligência Artificial (CIA).**

Diretoria de Administração e Finanças

Publiquem-se os Anexos 1, 2, 7 e 14 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, em atendimento ao disposto no §2º do art. 159 da Constituição Estadual.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre¹	Até o Bimestre²		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	386.319.300,00	386.319.300,00	387.769.060,59	263.818.130,81	122.501.169,19	50.188.451,15	50.188.451,15	336.130.848,85	41.121.024,67	0,00
DESPESAS CORRENTES	373.619.300,00	373.619.300,00	375.765.740,99	251.814.811,21	121.804.488,79	48.918.150,38	48.918.150,38	324.701.149,62	40.353.312,25	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	179.734.000,00	179.734.000,00	233.589.532,00	147.714.643,59	32.019.356,41	26.193.869,43	26.193.869,43	153.540.130,57	18.345.373,28	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	193.885.300,00	193.885.300,00	142.176.208,99	104.100.167,62	89.785.132,38	22.724.280,95	22.724.280,95	171.161.019,05	22.007.938,97	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	12.700.000,00	12.700.000,00	12.003.319,60	12.003.319,60	696.680,40	1.270.300,77	1.270.300,77	11.429.699,23	767.712,42	0,00
INVESTIMENTOS	12.700.000,00	12.700.000,00	12.003.319,60	12.003.319,60	696.680,40	1.270.300,77	1.270.300,77	11.429.699,23	767.712,42	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	57.700.000,00	57.700.000,00	8.094.836,62	8.094.836,62	49.605.163,38	8.094.836,62	8.094.836,62	49.605.163,38	8.092.607,55	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	444.019.300,00	444.019.300,00	395.863.897,21	271.912.967,43	172.106.332,57	58.283.287,77	58.283.287,77	385.736.012,23	49.213.632,22	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	444.019.300,00	444.019.300,00	395.863.897,21	271.912.967,43	172.106.332,57	58.283.287,77	58.283.287,77	385.736.012,23	49.213.632,22	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	444.019.300,00	444.019.300,00	395.863.897,21	271.912.967,43	172.106.332,57	58.283.287,77	58.283.287,77	385.736.012,23	49.213.632,22	0,00

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável TCE, Data da emissão 26/03/2026.
NOTA:
¹Na coluna das Despesas Empenhadas no Bimestre não foram consideradas as anulações de empenhos efetuadas no período.
²A coluna das Despesas Empenhadas até o Bimestre demonstra o saldo de empenho até o bimestre, ou seja, o total empenhado menos as anulações do período.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

REO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											Em Reais
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre¹	Até o Bimestre²	%		No Bimestre	Até o Bimestre	%		
			(a)	(b)	(b/total b)		(c) = (a-b)	(d)	(d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	386.319.300,00	386.319.300,00	387.769.060,59	263.818.130,81	97,02	122.501.169,19	50.188.451,15	50.188.451,15	86,11	336.130.848,85	0,00
LEGISLATIVA	386.319.300,00	386.319.300,00	387.769.060,59	263.818.130,81	97,02	122.501.169,19	50.188.451,15	50.188.451,15	86,11	336.130.848,85	0,00
Controle Externo	386.319.300,00	386.319.300,00	387.769.060,59	263.818.130,81	97,02	122.501.169,19	50.188.451,15	50.188.451,15	86,11	336.130.848,85	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	57.700.000,00	57.700.000,00	8.094.836,62	8.094.836,62	2,98	49.605.163,38	8.094.836,62	8.094.836,62	13,89	49.605.163,38	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	444.019.300,00	444.019.300,00	395.863.897,21	271.912.967,43	100,00	172.106.332,57	58.283.287,77	58.283.287,77	100,00	385.736.012,23	0,00

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável TCE, Data da emissão 26/03/2026.
NOTA:
¹Na coluna das Despesas Empenhadas no Bimestre não foram consideradas as anulações de empenhos efetuadas no período.
²A coluna das Despesas Empenhadas até o Bimestre demonstra o saldo de empenho até o bimestre, ou seja, o total empenhado menos as anulações do período.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)													Em Reais
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							Saldo Total
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo¹		
	Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro de 2025				Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro de 2025						
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a + b) - (c + d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f + g) - (i + j)	l = (e + k)	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	1.175.635,89	1.175.635,89	0,00	0,00	0,00	3.019.747,45	2.939.545,42	2.833.531,88	2.649,82	183.565,75	183.565,75	
PODER LEGISLATIVO	0,00	1.175.635,89	1.175.635,89	0,00	0,00	0,00	3.019.747,45	2.939.545,42	2.833.531,88	2.649,82	183.565,75	183.565,75	
Tribunal de Contas do Estado	0,00	1.175.635,89	1.175.635,89	0,00	0,00	0,00	3.019.747,45	2.939.545,42	2.833.531,88	2.649,82	183.565,75	183.565,75	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	1.175.635,89	1.175.635,89	0,00	0,00	0,00	3.019.747,45	2.939.545,42	2.833.531,88	2.649,82	183.565,75	183.565,75	

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável TCE, Data da emissão 26/03/2026.
NOTA:
¹O montante de R\$ 183.565,75 é composto de saldos pendentes de pagamentos ou cancelamentos: Banco do Brasil S/A R\$ 366,77; Elevadores Atlas Schindler LTDA R\$ 320,41; Caixa Econômica Federal R\$ 8.258,22; Telefônica Brasil S.A. R\$ 184,68; Ibrorse Consultoria e Informática LTDA R\$ 6.373,22; Guatós Prestadora de Serviços LTDA R\$ 96.964,08; Assembleia Legislativa R\$ 5.624,37; Aguas Guaribira SA R\$ 22.075,11; S.H.Informática LTDA R\$ 15.488,82; Toccato Tecnologia em Sistemas LTDA R\$ 474,25; Acertamed Campo Grande LTDA R\$ 9.088,63; GEOI2 Tecnologia da Informação LTDA R\$ 672,11; Easycred Serviços de Crédito e Turismo LTDA EPP R\$ 175,76; Dois Amores Comércio de Doces e Salgados LTDA - ME R\$ 270,64; Real Time Caption Transcrição de Áudio & Vídeo LTDA R\$ 354,02; Comercial Marciel Com. Serviços de Alim. LTDA R\$ 5.731,53; SERPRO-Serviço Federal de Processam. de Dados R\$ 4.438,66; CERTSIL Serviços em Tecnologia da Informação LTDA R\$ 5,64; Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A R\$ 2.699,87; Marias Panificadora LTDA R\$ 3.285,52 e S/A O Estado de São Paulo R\$ 713,44.

Relatório de Atividades do TCE-MS

1º Trimestre - 2026

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
DESPESAS				
Dotação Inicial		444.019.300,00		
Dotação Atualizada		444.019.300,00		
Despesas Empenhadas		271.912.967,43		
Despesas Liquidadas		58.283.287,77		
Despesas Pagas		49.213.632,22		
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		271.912.967,43		
Despesas Liquidadas		58.283.287,77		
RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		1.175.635,89	0,00	1.175.635,89
Poder Legislativo - Tribunal de Contas do Estado		1.175.635,89	0,00	1.175.635,89
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		3.019.747,45	2.649,82	2.833.531,88
Poder Legislativo - Tribunal de Contas do Estado		3.019.747,45	2.649,82	2.833.531,88
TOTAL		4.195.383,34	2.649,82	4.009.167,77

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável TCE, Data da emissão 26/03/2026.

Campo Grande-MS, 26 de março de 2026.

Daniele Silveira Ciaparini
Contadora CRC/MS 14882/O

Fadel Tajher Iunes Junior
Diretor de Administração e Finanças

Flávio Esgaib Kayatt
Conselheiro Presidente

Publiquem-se os Anexos 1, 2, 7 e 14 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do TC, em atendimento ao disposto no §2º do art. 159 da Constituição Estadual.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO TC - FUNTC
JANEIRO A FEVEREIRO 2026 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.995.900,00	2.995.900,00	1.044.939,38	34,88	1.044.939,38	34,88	1.950.960,62
RECEITAS CORRENTES	2.995.900,00	2.995.900,00	1.044.939,38	34,88	1.044.939,38	34,88	1.950.960,62
RECEITA PATRIMONIAL	2.357.000,00	2.357.000,00	725.680,72	30,79	725.680,72	30,79	1.631.319,28
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	299.700,00	299.700,00	50.938,70	17,00	50.938,70	17,00	248.761,30
Valores Mobiliários	1.165.100,00	1.165.100,00	384.971,21	33,04	384.971,21	33,04	780.128,79
Cessão de Direitos	892.200,00	892.200,00	289.770,81	32,48	289.770,81	32,48	602.429,19
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	47.300,00	47.300,00	192,52	12,03	192,52	0,41	47.107,48
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.600,00	1.600,00	192,52	12,03	192,52	12,03	1.407,48
Outros Serviços	45.700,00	45.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.700,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	591.600,00	591.600,00	319.066,14	53,93	319.066,14	53,93	272.533,86
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	591.600,00	591.600,00	319.066,14	53,93	319.066,14	53,93	272.533,86
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	-2.000.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	2.995.900,00	2.995.900,00	3.044.939,38	101,64	3.044.939,38	101,64	-49.039,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	2.995.900,00	2.995.900,00	3.044.939,38	101,64	3.044.939,38	101,64	-49.039,38
DÉFICIT (VI)						0,00	
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	2.995.900,00	2.995.900,00	3.044.939,38		3.044.939,38		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00				0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00				0,00	

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre ¹	Até o Bimestre ² (f)		No Bimestre (h)	Até o Bimestre (g)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	2.995.900,00	2.995.900,00	296.250,01	296.250,01	2.699.649,99	246,62	246,62	2.995.653,38	246,62	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.995.900,00	2.995.900,00	296.250,01	296.250,01	2.699.649,99	246,62	246,62	2.995.653,38	246,62	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.995.900,00	2.995.900,00	296.250,01	296.250,01	2.699.649,99	246,62	246,62	2.995.653,38	246,62	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	2.995.900,00	2.995.900,00	296.250,01	296.250,01	2.699.649,99	246,62	246,62	2.995.653,38	246,62	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	2.995.900,00	2.995.900,00	296.250,01	296.250,01	2.699.649,99	246,62	246,62	2.995.653,38	246,62	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				2.748.689,37			3.044.692,76		3.044.692,76	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	2.995.900,00	2.995.900,00	296.250,01	3.044.939,38	2.699.649,99	246,62	3.044.939,38	2.995.653,38	3.044.939,38	0,00

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável FUNTC, Data da emissão 26/03/2026.

NOTA:

¹Na coluna das Despesas Empenhadas no Bimestre não foram consideradas as anulações de empenhos efetuadas no período.

²A coluna das Despesas Empenhadas até o Bimestre demonstra o saldo de empenho até o bimestre, ou seja, o total empenhado menos as anulações do período.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO TC - FUNTC
JANEIRO A FEVEREIRO 2026 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre¹	Até o Bimestre²	%		No Bimestre	Até o Bimestre	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.995.900,00	2.995.900,00	296.250,01	296.250,01	100,00	2.699.649,99	246,62	246,62	100,00	2.995.653,38	0,00
LEGISLATIVA - FUNTC	2.995.900,00	2.995.900,00	296.250,01	296.250,01	100,00	2.699.649,99	246,62	246,62	100,00	2.995.653,38	0,00
Ação Legislativa	2.995.900,00	2.995.900,00	296.250,01	296.250,01	100,00	2.699.649,99	246,62	246,62	100,00	2.995.653,38	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.995.900,00	2.995.900,00	296.250,01	296.250,01	100,00	2.699.649,99	246,62	246,62	100,00	2.995.653,38	0,00

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável FUNTC, Data da emissão 26/03/2026.

NOTA:

¹Na coluna das Despesas Empenhadas no Bimestre não foram consideradas as anulações de empenhos efetuadas no período.

²A coluna das Despesas Empenhadas até o Bimestre demonstra o saldo de empenho até o bimestre, ou seja, o total empenhado menos as anulações do período.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO TC - FUNTC
JANEIRO A FEVEREIRO 2026 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo¹	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2025				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2025					
	(a)	(b)				(c)	(d)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.212.598,52	1.349.523,47	1.349.523,47	0,00	863.075,05	863.075,05
PODER LEGISLATIVO												
FUNTC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.212.598,52	1.349.523,47	1.349.523,47	0,00	863.075,05	863.075,05
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.212.598,52	1.349.523,47	1.349.523,47	0,00	863.075,05	863.075,05

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável FUNTC, Data da emissão 26/03/2026.

NOTA:

¹O montante de R\$ 863.075,05 é composto de saldos pendentes de pagamentos ou cancelamentos: H2L Equipamentos e Sistemas LTDA R\$ 4.232,61; Gartner do Brasil Serviços de Pesquisas LTDA R\$ 246.500,01; Easycred Serviços de Crédito e Turismo LTDA EPP R\$ 437,88; Centro Bras. de Pesq. em Aval. e Selec. - CEBRASPE R\$ 444.479,68; Banco do Brasil S/A R\$ 19,62 e AZ Tecnologia em Gestão LTDA R\$ 167.405,25.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO TC - FUNTC
JANEIRO A FEVEREIRO 2026 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre			
RECEITAS					
Previsão Inicial				2.995.900,00	
Previsão Atualizada				2.995.900,00	
Receitas Realizadas				3.044.939,38	
Déficit Orçamentário				0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)				0,00	
DESPESAS					
Dotação Inicial				2.995.900,00	
Dotação Atualizada				2.995.900,00	
Despesas Empenhadas				296.250,01	
Despesas Liquidadas				246,62	
Despesas Pagas				246,62	
Superávit Orçamentário				2.748.689,37	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO					
				Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas				296.250,01	
Despesas Liquidadas				246,62	
RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo - FUNTC		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		2.212.598,52	0,00	1.349.523,47	863.075,05
Poder Legislativo - FUNTC		2.212.598,52	0,00	1.349.523,47	863.075,05
TOTAL		2.212.598,52	0,00	1.349.523,47	863.075,05

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável FUNTC, Data da emissão 26/03/2026.

Campo Grande-MS, 26 de março de 2026.

Daniele Silveira Ciapardini
Contadora CRC/MS 14882/O

Fadel Tajher Iunes Junior
Diretor de Administração e Finanças

Flávio Esgaib Kayatt
Conselheiro Presidente

Normas do TCE-MS

Comprometido com as melhores práticas de Governança Corporativa e visando integração, articulação, transparência, celeridade e alocação eficiente de recursos e investimentos, a Corte de Contas, promove constante atualização das normas internas de gestão administrativa.

Resoluções

RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 276, DE 16 DE JANEIRO DE 2026

Altera a Resolução TCE-MS n.º 228, de 10 de outubro de 2024, que dispõe sobre a estrutura organizacional e competências dos órgãos e instituições integrantes do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 278, DE 30 DE JANEIRO DE 2026

Altera o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 98, de 5 de dezembro de 2018.

RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 280, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre os procedimentos internos de investigação, apuração das infrações disciplinares e da responsabilidade por danos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 282, DE 6 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a Política de Gestão de Pessoas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 284, DE 12 DE MARÇO DE 2026

Aprova a Política de Uso da Internet e dos Recursos de Tecnologia da Informação no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 286, DE 26 DE MARÇO DE 2026

Altera a Resolução TCE-MS n.º 264, de 23 de outubro de 2025, que dispõe sobre o uso de ferramentas de Inteligência Artificial no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 288, DE 25 DE MARÇO DE 2026

Altera a Resolução TCE-MS n.º 65, de 13 de dezembro de 2017, para centralizar a gestão cadastral no Departamento de Informações Estratégicas (DIE) e instituir o cadastro preliminar de ofício.

RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 277, DE 21 DE JANEIRO DE 2026

Altera a Resolução TCE-MS n.º 266, de 24 de novembro de 2025, que dispõe sobre normas para assegurar a transparência, a rastreabilidade e a conformidade constitucional de emendas parlamentares estaduais e municipais e para fiscalizar e transferências.

RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 279, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026

Acrescenta dispositivo ao Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, aprovado pela Resolução n.º 98, de 5 de dezembro de 2018, e torna sem efeito a Resolução Ad Referendum TCE-MS n.º 278, de 30 de janeiro de 2026.

RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 281, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a instituição de capacitações de relevância institucional no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul e estabelece requisitos para elegibilidade ao exercício de funções, programas institucionais, percepção de vantagens e dá outras providências.

RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 283, DE 12 DE MARÇO DE 2026

Altera a Resolução TCE-MS n.º 273, de 18 de dezembro de 2025, que estabelece normas para organização, apresentação e remessa eletrônica da prestação de contas anual pelos gestores e responsáveis da administração pública municipal, para fins de apreciação e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 285, DE 12 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a Política de Backup e Restore de informações eletrônicas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 287, DE 25 DE MARÇO DE 2026

Disciplina a elaboração e a divulgação das listas de responsáveis com contas rejeitadas ou julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

Instruções Normativas

INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE-MS N.º 50, DE 22 DE JANEIRO DE 2026

Dispõe sobre o Plano Anual de Comunicação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul para o exercício de 2026.

INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE-MS N.º 52, DE 5 DE MARÇO DE 2026

Altera dispositivos da Instrução Normativa n.º 51, de 5 de fevereiro de 2026, que regulamenta o envio das informações e dos dados relativos às emendas parlamentares estaduais e municipais, para fins de cumprimento das obrigações de transparência e rastreabilidade previstas na Resolução TCE-MS n.º 266 de 24 de novembro de 2025, por meio do Portal TCE-Digital, com indicação de remessa pelo sistema e-Sfinge.

INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE-MS N.º 54, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Regulamenta sobre o Plano de Ação para o ano de 2026 do Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul.

INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE-MS N.º 51, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2026

Regulamenta o envio das informações e dos dados relativos às emendas parlamentares estaduais e municipais, para fins de cumprimento das obrigações de transparência e rastreabilidade previstas na Resolução TCE-MS n.º 266 de 24 de novembro de 2025, por meio do Portal TCE-Digital, com indicação de remessa pelo sistema e-Sfinge.

INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE-MS N.º 53, DE 9 DE MARÇO DE 2026

Prorroga a vigência da Instrução Normativa TCE-MS n.º 37, de 11 de março de 2024, que dispõe sobre o Plano do Programa "Qualidade de Vida – Sua Saúde é da Nossa Conta", para o exercício de 2026.

Orientações Técnicas aos Jurisdicionados

OTJ N.º 1, DE 26 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre orientações técnicas para o adequado monitoramento e acompanhamento da execução das ações do Plano Municipal pela Primeira Infância.

Provimento

PROVIMENTO N.º 88, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026

Estabelece calendário para realização dos procedimentos de avaliação de desempenho dos servidores em estágio probatório que concluírem semestre de efetivo exercício nos anos de 2025/2026.

Gestão de Pessoas

A Diretoria de Gestão de Pessoas atua de forma estratégica, alinhando suas práticas e entregas às metas institucionais no Planejamento Estratégico do TCE-MS. As ações foram orientadas com foco na modernização de processos, no cuidado com a vida funcional, no incentivo ao bem-estar e no fortalecimento de uma cultura organizacional integrada e eficiente.

As principais ações desenvolvidas pelas quatro Coordenadorias tiveram como foco a **digitalização de rotinas administrativas**, à **transparência da gestão pública**, à **promoção da saúde e da qualidade de vida** e ao **fortalecimento da cultura organizacional**, assim como **promoção à saúde**, de **gestão de riscos psicossociais** e de **preparação para a aposentadoria**.



7

Inovações e melhorias

Teletrabalho e Produtividade



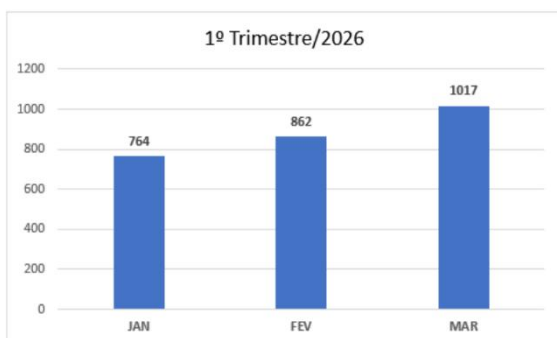
75%

Profissionais lotados nas Divisões



2.643

Análises com produtividade mensurável



Qualidade de Vida



4

Campanhas Institucionais Realizadas



459

Atendimentos Ambulatoriais pelo Espaço Saúde.



592

servidores imunizados.



3

encontros realizados

Programa de Fortalecimento Psicossocial



3

Projetos



6

Encontros



67

Atendimentos

Tecnologia da Informação e Comunicação



84,12%



2.677



2.252



7
Projetos

Destaques

SGE - Sistema de Gestão Educacional da Escoex

Sabiá - Sistema de Gestão de Chamados



Link Redundante
mais disponibilidade
e continuidade
dos serviços



1400%
De 100 para
1500 Acessos de VPN

Departamento Jurídico



1

Parecer Jurídico



1

Parecer Administrativo



114

Ofícios



248

Decisões



140

Despachos



54

Processos Judiciais em Acompanhamento

Controle Interno



53

Pareceres



1

Auditoria



2

Acompanhamentos

Secretaria de Proteção de Dados

Projetos Estratégicos da SEPROD



Projeto Proteção de Dados e Integridade Pública



Produção e Publicação do Relatório de Análise Geral dos Índices de Maturidade Quanto à Implantação da Lei de Proteção de Dados



164

Relatórios Individuais de Diagnósticos encaminhados para os Jurisdicionados Acompanhados

Criação da cartilha “Seus Dados Importam!”

Workshop

SEUS DADOS IMPORTAM!

Hábitos simples para a sua segurança e privacidade digital.

Desenvolvimento do Painel LGPD para Conselheiros



Atuação Técnica da Secretaria



2

Pareceres às Comissões



3

Colaborações com Políticas Internas de Tratamento de Dados



5

Orientações Técnicas sobre Tratamento de Dados de Uso Interno

Escoex



682
CAPACITADOS



338
JURISDICIONADOS



140
SOCIEDADE
CIVIL



204
SERVIDORES



4
AÇÕES
EDUCACIONAIS

9 H/AULA



2
CURSOS
EAD



2
CURSOS
PRESENCIAIS

Secretaria de Comunicação



544

Matérias Positivas



212

Publicações Espontâneas



332

Republicações de Releases



84

**Produções
Audiovisuais**



56

Edições Ordinárias

45

Edições Extras



228

**Campanhas
para eventos**



131

**Campanhas para
palestras,
seminários, cursos
e treinamentos**



59

**Materiais
institucionais,
avisos, placas,
comunicados e
datas comemorativas**

Sustentabilidade

TCE-MS retoma trabalho técnico sobre gestão de resíduos sólidos nos municípios



O TCE-MS retomou o levantamento técnico sobre a gestão de resíduos sólidos nos municípios sob a jurisdição do conselheiro Waldir Neves. A iniciativa busca atualizar informações, avaliar a evolução das políticas públicas e identificar boas práticas e desafios enfrentados pelos gestores municipais. O trabalho está alinhado à Política Nacional de Resíduos Sólidos e ao Marco Legal do Saneamento. Além disso, a medida fortalece a sustentabilidade, a transparência e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Diagnóstico do TCE revela uma década de avanços na gestão de resíduos sólidos



A Diretoria Extraordinária de Gestão Sustentável apresentou um diagnóstico que evidencia os avanços expressivos de Mato Grosso do Sul na gestão de resíduos sólidos, com a destinação adequada de 96% dos resíduos gerados no Estado. Apesar dos resultados positivos, permanecem desafios relacionados à ampliação da coleta seletiva, à implantação de unidades de triagem e à gestão adequada dos resíduos da construção civil. O diagnóstico aponta a importância da sustentabilidade econômico-financeira do setor, conforme o Novo Marco Legal do Saneamento.

TCE-MS e FIEMS firmam parceria para acesso de servidores à energia solar



TCE-MS e FIEMS firmam parceria para disponibilizar aos servidores acesso ao sistema de geração compartilhada de energia solar, permitindo economia de até 20% na conta de energia elétrica. A adesão ao programa é voluntária e integra as ações de sustentabilidade da instituição, incentivando o uso de fontes renováveis e contribuindo para a meta de carbono zero até 2030. O acordo tem vigência inicial de um ano e busca aliar benefícios aos servidores com práticas de responsabilidade ambiental e eficiência energética.

Evento consolida a sustentabilidade como valor institucional



“Sustentabilidade é da Nossa Conta”, evento reforça o compromisso do TCE-MS com a adoção de práticas sustentáveis e a promoção de uma cultura institucional voltada à responsabilidade ambiental. Autoridades e servidores debateram ações como a redução do uso de descartáveis, a gestão adequada de resíduos, a digitalização de processos e o uso de energia solar. O evento apresentou experiências em economia circular e governança ambiental, destacando o papel do TCE-MS como indutor de boas práticas na administração pública e referência para os demais órgãos e jurisdicionados do Estado.

Contratações sustentáveis para fortalecer governança e qualidade do gasto público



O TCE-MS iniciou o curso “Governança e Gestão das Contratações Sustentáveis”, voltado à capacitação de servidores para a aplicação de critérios socioambientais e de governança nas contratações públicas. A iniciativa reforça a política institucional de sustentabilidade e busca alinhar os processos licitatórios às diretrizes da Nova Lei de Licitações e Contratos, promovendo maior eficiência, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos. O curso contribui para a integração do planejamento institucional, o aprimoramento da gestão de riscos, a redução de desperdícios e o fortalecimento da atuação do controle externo na indução de boas práticas junto aos jurisdicionados.

TCE-MS reforça protagonismo na gestão de resíduos sólidos em simpósio na Capital



O TCE-MS participou do 1º Simpósio de Resíduos Sólidos reforçando seu compromisso com a sustentabilidade e a governança ambiental. A coordenadora de projetos ambientais do Tribunal, Thainá Domingues Nogueira, destacou a atuação da Corte na gestão de resíduos sólidos e os avanços alcançados no Estado, que reduziu o índice de municípios com lixões de 80% para apenas 4%, com 76 cidades destinando corretamente seus resíduos a aterros sanitários. O simpósio debateu temas como logística reversa, reciclagem, economia circular, mercado de carbono, biogás e biometano, evidenciando o potencial dos resíduos sólidos como fonte de desenvolvimento sustentável, geração de energia e enfrentamento das mudanças climáticas.

Sanesul: acordo prevê a elaboração de projetos e implantação de sistema de captação subterrânea de água



O Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) e a Sanesul firmaram um Termo de Cooperação para desenvolver projetos executivos destinados à implantação de um sistema próprio de captação subterrânea de água na sede da Corte. A iniciativa, assinada pelos presidentes Flávio Kayatt e Renato Marcílio, busca promover o uso sustentável dos recursos hídricos, garantindo água para a irrigação das áreas verdes do Tribunal e para situações emergenciais, como o combate a incêndios, por meio da integração de esforços entre as duas instituições.

Capacitação

Seminário debate importância das políticas públicas e planejamento municipal



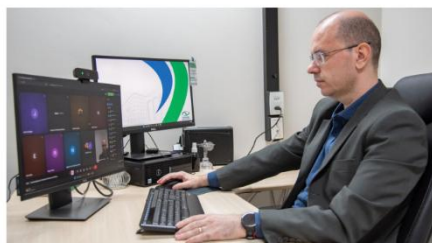
O TCE-MS sediou o Seminário de Capacitação Legislativa 2026, promovido pela Escola Sul-mato-grossense de Gestão Pública e pelo Instituto Paranaense de Direito, com o objetivo de qualificar gestores públicos e servidores municipais para uma atuação mais técnica e eficiente. O conselheiro substituto Célio Lima de Oliveira destacou a importância da capacitação e da aproximação do Tribunal os gestores. O evento abordou temas como o papel do Terceiro Setor no apoio às políticas públicas, a implementação do Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI) e o planejamento e elaboração de atos normativos, com o compromisso de fortalecer a gestão pública e da atuação legislativa nos municípios.

Prestação de Contas no e-Sfinge: TCE-MS orienta jurisdicionados



O TCE-MS realizou uma capacitação on-line para apresentar aos jurisdicionados os “8 passos do e-Sfinge”, destacando as mudanças na prestação de contas anual de 2025. O novo modelo, mais moderno e automatizado, permite a geração automática de demonstrativos contábeis a partir dos dados enviados ao longo do exercício, reduzindo significativamente o tempo e a complexidade do processo. Durante o treinamento, os técnicos do Tribunal explicaram as etapas de conferência, envio de documentos complementares e assinaturas eletrônicas, ressaltando que a automatização dos cálculos e análises proporcionará maior agilidade, eficiência e precisão na avaliação das contas públicas pelo TCE-MS.

TCE-MS capacita empresas de TI sobre o sistema e-Sfinge para prestação de contas



O TCE-MS realizou uma reunião virtual com empresas responsáveis pelos sistemas que operacionalizam o envio de informações ao e-Sfinge, com o objetivo de alinhar procedimentos e apresentar os oito passos da Prestação de Contas Anual de 2025. A iniciativa busca capacitar os prestadores de serviços para que ofereçam suporte técnico qualificado aos jurisdicionados, garantindo maior segurança, eficiência e conformidade no envio dos dados. A ação integra um conjunto de medidas de orientação promovidas pelo Tribunal, que inclui a publicação de guia, vídeo tutorial e uma live para esclarecimento de dúvidas, além da participação da Central de Serviços de TI na formação de uma rede de apoio voltada ao atendimento das demandas.

TCE-MS promoveu uma live sobre Programa Nacional de Transparência Pública



O TCE-MS promoveu uma live técnica sobre os principais pontos do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTTP), com o objetivo de orientar controladores internos e responsáveis pela transparência dos órgãos públicos no correto preenchimento do questionário da edição 2026. A capacitação abordou os critérios de avaliação definidos pela Atricon, destacando aspectos essenciais para a inserção adequada das informações e o cumprimento dos requisitos do programa. A iniciativa reforça o compromisso do TCE-MS com o fortalecimento da transparência pública, a qualificação dos jurisdicionados e a melhoria dos índices de acesso à informação e governança nos entes públicos.

Escoex oferece curso on-line sobre Ouvidoria do TCE-MS e fortalecimento do controle social



A Escoex abriu inscrições para o curso on-line “Ouvidoria do TCE-MS: Transparência, Controle Social e Participação Cidadã”, voltado a servidores, jurisdicionados e demais interessados. A capacitação tem como objetivo ampliar o conhecimento sobre o papel da Ouvidoria como instrumento de transparência, participação social e aproximação entre o cidadão e o Tribunal, abordando sua base legal, atuação junto aos conselhos sociais e canais de comunicação disponíveis. O curso será ministrado pelos auditores de controle externo Roberto Silva Pereira e Thaís Xavier Ferreira da Costa, especialistas nas áreas de educação, direito e controle público.

TCE-MS orienta defensores públicos sobre a eficácia do orçamento na garantia dos direitos



O TCE-MS, por meio da Escoex, iniciou o curso “Planejamento Orçamentário: Conhecer para defender direitos”, voltado à capacitação de defensores públicos e servidores da Defensoria Pública do Estado. A formação tem como objetivo ampliar o conhecimento sobre planejamento orçamentário, controle interno e ciclo das políticas públicas, permitindo uma atuação mais qualificada na defesa dos direitos da população. Ministrado por especialistas do TCE-MS, o curso aborda instrumentos como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), fortalecendo a compreensão sobre a aplicação dos recursos públicos e contribuindo para a efetividade das políticas públicas. A iniciativa reforça a parceria institucional entre o Tribunal e a Defensoria Pública, alinhada ao compromisso de aprimorar a gestão pública e ampliar os benefícios entregues à sociedade.

TCE-MS promove live para orientar jurisdicionados sobre o Programa Nacional de Transparência Pública



O TCE-MS promoveu uma live para orientar gestores e responsáveis pela transparência pública sobre o correto preenchimento do questionário do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTTP) 2026, iniciativa da Atricon que avalia os portais de transparência dos órgãos públicos. Durante a capacitação, os instrutores Márcia Dolores Amorim e Anderson Susumu Kazama destacaram a importância de garantir informações claras, acessíveis e em conformidade com os critérios do programa, contribuindo para o aprimoramento contínuo da transparência pública e do controle social. A ação busca auxiliar os jurisdicionados na adequação de seus portais, promovendo melhorias na qualidade das informações disponibilizadas à população e fortalecendo a cultura da transparência na administração pública.

Fiscalização

TCE-MS aponta irregularidades em emendas parlamentares e 31 municípios são intimados



O TCE-MS suspendeu a execução de determinadas emendas parlamentares em municípios de Mato Grosso do Sul após identificar falhas de transparência, execução financeira e adequação às normas constitucionais e decisões do STF. Foram apontadas irregularidades na destinação de recursos, na comprovação da aplicação das verbas e nos mecanismos de transparência. A Corte determinou que 16 prefeituras adequem seus portais e intimou 31 gestores a apresentar documentos sobre a execução dos recursos, reforçando o controle e a rastreabilidade das emendas.

Levantamentos apontam desafios na educação e nas políticas para mulheres em MS



O TCE-MS analisou levantamentos sobre educação e políticas para mulheres em Mato Grosso do Sul. Os estudos apontaram avanços, como o pagamento do piso nacional do magistério, mas também identificaram desafios, entre eles a falta de concursos públicos, dificuldades no cumprimento de metas educacionais e fragilidades na estrutura dos organismos municipais de políticas para mulheres. Os resultados subsidiarão futuras ações de fiscalização e orientação para fortalecer a gestão pública.

Laboratório do TCE-MS amplia apoio técnico a obras de pavimentação



Criado em 2023, o Laboratório de Obras Rodoviárias do TCE-MS reforça a fiscalização de obras de infraestrutura por meio de ensaios tecnológicos e análises da qualidade dos materiais, contribuindo para a correta aplicação dos recursos públicos. Além de apoiar auditorias, o laboratório presta suporte técnico a instituições parceiras e utiliza tecnologias que permitem identificar falhas construtivas e aprimorar a qualidade das obras de pavimentação.

TAG garante correção de pagamentos e reforça controle na Saúde



A assinatura de um Termo de Ajuste de Gestão (TAG) entre o TCE-MS e o município de Inocência visa corrigir irregularidades identificadas em auditoria realizada na rede municipal de saúde, especialmente relacionadas à remuneração de médicos acima do subteto constitucional e à falta de controle adequado da jornada de trabalho. Pelo acordo, o município terá até 120 dias para adequar os salários aos limites legais, implantar ponto eletrônico nas unidades de saúde, garantir o cumprimento da carga horária dos profissionais e preencher cargos efetivos vagos. A medida busca fortalecer a gestão da saúde pública, aumentar a eficiência dos serviços prestados à população e assegurar a correta aplicação dos recursos públicos.

TCE-MS solicita esclarecimentos sobre obras viárias e corredores de ônibus em Campo Grande



O TCE-MS, por meio do conselheiro Osmar Domingues Jeronymo, solicitou à Prefeitura de Campo Grande informações detalhadas sobre obras de infraestrutura viária e mobilidade urbana realizadas na capital, incluindo intervenções na Avenida Norte-Sul, obras de drenagem, pavimentação, ciclovias, contenção de erosão e revitalização do córrego Anhanduí. O relator também requisitou esclarecimentos sobre a origem dos recursos utilizados, contratos e convênios vigentes, além da aplicação de recursos municipais como contrapartida nas obras dos corredores de ônibus financiadas pelo Programa Avançar Cidades.

TCE-MS disponibiliza relatórios da prestação de contas de 2025 para conferência no TCE-Digital



O TCE-MS disponibilizou aos jurisdicionados os relatórios da prestação de contas referentes ao exercício de 2025 no sistema TCE-Digital, permitindo a conferência prévia dos demonstrativos contábeis de encerramento do exercício financeiro. Os documentos podem ser acessados por meio do módulo de relatórios do e-Sfinge Web, onde é possível consultar tanto os demonstrativos das unidades gestoras quanto os dados consolidados das unidades administrativas. A medida visa garantir maior transparência e possibilitar a verificação das informações antes da formalização da prestação de contas, com suporte disponibilizado pelo Tribunal para esclarecimento de dúvidas.

Pleno do TCE-MS atualiza resoluções de controle externo e aprecia contas municipais



Em sessão ordinária do Tribunal Pleno, o TCE-MS apreciou processos de fiscalização, recursos e quatro projetos de resolução voltados ao aprimoramento da gestão e do controle externo. Entre as deliberações, destacou-se a aprovação das contas de governo de 2021 do município de Guia Lopes da Laguna após saneamento de inconsistências apontadas anteriormente, bem como a aplicação de multa e determinações ao município de Eldorado por irregularidades identificadas em auditoria sobre o transporte escolar durante a pandemia. O Pleno também aprovou alterações normativas que ampliam o uso de inteligência artificial com critérios de segurança da informação, centralizam a gestão cadastral dos jurisdicionados, prorrogam até 30 de abril de 2026 o prazo para envio das prestações de contas de 2025 e regulamentam a elaboração das listas de gestores com contas julgadas irregulares para encaminhamento à Justiça Eleitoral, reforçando a modernização e a eficiência institucional da Corte.

Qualidade de Vida

TCE-MS fortalece políticas de prevenção ao assédio e à discriminação



O TCE-MS vem consolidando ações voltadas à prevenção e ao enfrentamento do assédio moral, sexual e da discriminação no ambiente de trabalho, alinhadas às diretrizes da Nota Recomendatória Conjunta nº 002/2025 das entidades nacionais de controle externo. Entre as iniciativas adotadas estão a criação do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação (Prevad), a instituição de um comitê específico, a publicação de cartilha orientativa, o fortalecimento da Ouvidoria como canal seguro para denúncias e a oferta de apoio psicológico por meio do Núcleo de Acolhimento. Com essas medidas, o TCE-MS busca promover uma cultura organizacional baseada no respeito, na inclusão, na integridade e na valorização das pessoas, garantindo um ambiente institucional mais seguro e acolhedor para todos os servidores.

TCE-MS participa do Delas Day 2026 e debate desigualdade de gênero no mercado de trabalho



O TCE-MS participou do Delas Day 2026, maior evento estadual voltado ao protagonismo feminino, integrando o painel "Mulheres no Sistema de Justiça", que debateu os desafios da desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Representando a instituição, a diretora de Gestão de Pessoas, Elaine Góis, destacou os impactos da maternidade na trajetória profissional das mulheres, ressaltando que a responsabilidade pelo cuidado ainda recai majoritariamente sobre elas, gerando obstáculos à progressão na carreira. O evento reuniu lideranças, empresárias, estudantes e instituições em uma programação voltada ao fortalecimento da participação feminina e à promoção da igualdade de oportunidades, reforçando a importância do diálogo e da construção de ambientes mais inclusivos.

46 anos: valorização dos servidores e inclusão por meio da arte



Em celebração aos seus 46 anos de história, o TCE-MS lançou um clipe institucional produzido a partir de registros fotográficos do cotidiano da instituição, retratando o trabalho, o compromisso e as pessoas que fazem parte da Corte. O projeto foi desenvolvido pela equipe da Secretaria de Comunicação, com destaque para a participação do fotógrafo Alison Gonçalves e do jovem aprendiz João Pedro Santos Torraca, que tiveram a oportunidade de registrar diferentes setores do Tribunal em uma experiência de aprendizado e inclusão. Mais do que uma homenagem ao aniversário da instituição, o clipe reforça valores como diversidade, valorização de talentos e desenvolvimento humano, evidenciando o compromisso do TCE-MS com um ambiente público mais inclusivo, colaborativo e conectado às pessoas.

TCE-MS apresenta diagnóstico sobre políticas de enfrentamento à violência contra a mulher



O TCE-MS participou da 1ª Semana de Debates "Vidas de Mulheres Importam: Enfrentamento à Violência e ao Feminicídio", promovida pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em Coxim, apresentando os resultados de um levantamento inédito sobre a estrutura e a governança das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher nos 79 municípios do Estado. O diagnóstico identificou fragilidades como a ausência de órgãos gestores específicos, carência de recursos humanos e falta de dados sistematizados, mas também destacou boas práticas desenvolvidas por alguns municípios. A iniciativa reforça o papel orientador e fiscalizador do TCE-MS, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à proteção das mulheres e para a promoção da igualdade de gênero.

Instituições se unem para ampliar o programa MS por Elas nos municípios



O TCE-MS, representado pela conselheira substituta Patrícia Sarmento, participou da adesão da União das Câmaras de Vereadores de Mato Grosso do Sul (UCV-MS) ao programa "MS por Elas: Justiça e Controle são da nossa conta", iniciativa desenvolvida em parceria com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e a Assomasul para implementar a Lei Federal nº 14.899/2024 nos 79 municípios do Estado. O programa busca fortalecer o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher por meio da criação e fortalecimento das Procuradorias da Mulher nas Câmaras Municipais, da capacitação de agentes públicos e do monitoramento de metas e políticas públicas. O TCE-MS atuará na auditoria e análise de dados financeiros e orçamentários, além de prestar apoio técnico ao painel integrado de acompanhamento das ações municipais.

TCE-MS participa do evento MS Alfabetiza e reafirma compromisso com a educação



O TCE-MS participou do Seminário Estadual do programa MS Alfabetiza, reforçando seu compromisso com o acompanhamento das políticas públicas voltadas à alfabetização e à melhoria da qualidade da educação. Representando a Corte, a conselheira substituta Patrícia Sarmento destacou a importância do monitoramento das ações educacionais para garantir o direito à alfabetização na idade adequada e lembrou os levantamentos realizados pelo Tribunal sobre planos de carreira do magistério e cumprimento das metas educacionais. Para 2026, o TCE-MS pretende ampliar sua atuação com foco na avaliação da aprendizagem dos estudantes e na análise dos planos de cargos e carreiras dos professores, contribuindo para o fortalecimento da educação básica nos 79 municípios sul-mato-grossenses.

Concurso

Concurso prevê vagas e formação de cadastro de reserva para os quadros do TCE-MS e do MPC



Edição extra do Diário Oficial do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul nesta sexta-feira, 13 de fevereiro, traz o resultado final da avaliação biopsicossocial dos candidatos que concorreram às vagas reservadas às pessoas com deficiência e a convocação para a prova de títulos do concurso público para os cargos de Analista de Controle Externo e Auditor de Controle Externo.

Resultado provisório da prova de títulos do concurso público para analista e auditor de controle externo



O TCE-MS divulgou o resultado provisório da prova de títulos do concurso público para os cargos de Analista de Controle Externo e Auditor de Controle Externo, contemplando candidatos das áreas de Direito, Ciências Contábeis, Engenharia Civil e Tecnologia da Informação, incluindo as listas destinadas às vagas reservadas para pessoas com deficiência. Os candidatos poderão consultar o espelho da avaliação e interpor recursos nos dias 9 e 10 de março de 2026, exclusivamente pelo sistema eletrônico do Cebraspe. O resultado final da prova de títulos e eventual convocação para procedimentos de desempate estão previstos para serem publicados em 24 de março de 2026 no Diário Oficial Eletrônico do TCE-MS e no site da banca organizadora.

LGPD

TCE-MS conclui diagnóstico de maturidade em proteção de dados e avança para próxima etapa do projeto



O TCE-MS apresentou o diagnóstico geral do Índice de Maturidade em Proteção de Dados dos 209 entes jurisdicionados, elaborado no âmbito da terceira etapa do Projeto Proteção de Dados e Integridade Pública. O levantamento, desenvolvido pela Secretaria de Proteção de Dados (SEPROD), oferece uma visão abrangente sobre o estágio de implementação da proteção de dados nos órgãos públicos, identificando avanços, fragilidades e oportunidades de melhoria. Com caráter orientativo, o diagnóstico servirá de base para ações de capacitação, monitoramento e apoio técnico, além da divulgação de relatórios individuais aos jurisdicionados, fortalecendo a cultura de proteção de dados e a governança pública em MS.

Protagonismo

O conselheiro Marcio Monteiro assumiu a Diretoria de Relações Internacionais da Atricon - biênio 2026-2027



O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) passa a ocupar posição estratégica na estrutura da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). O conselheiro Marcio Monteiro, atual corregedor-geral da Corte de Contas sul-mato-grossense, assumiu a Diretoria de Relações Internacionais da entidade para o biênio 2026-2027, ampliando a presença institucional do TCE-MS no sistema Tribunais de Contas.

Inovação

TCE-MS lança ferramenta de Consensualismo e inaugura nova fase no controle externo



O TCE-MS lançou o Consensualismo, uma iniciativa voltada à prevenção da judicialização e à busca de soluções mais ágeis e eficazes para questões da administração pública, por meio do diálogo e da construção conjunta de alternativas entre órgãos de controle e gestores públicos. Participaram, o ministro do TCU, Bruno Dantas, e o conselheiro aposentado do TCE-MT, Valter Albano, que apresentaram experiências e benefícios desse modelo, destacando sua capacidade de resolver impasses complexos, garantir a continuidade de obras e serviços públicos e fortalecer a efetividade das políticas públicas. Segundo o presidente do TCE-MS, Flávio Kayatt, a iniciativa representa uma mudança institucional que privilegia a negociação, a mediação e a cooperação em substituição a uma atuação exclusivamente sancionadora.

TCE-MS acompanha avanços da inteligência artificial no II ENIATC



O TCE-MS participou do II Encontro Nacional de Inteligência Artificial dos Tribunais de Contas (ENIATC), em Belo Horizonte, evento que reuniu representantes de todo o país para debater o uso da IA no fortalecimento do controle externo e na modernização da gestão pública. Com o tema voltado à regulação, ética e inovação, o encontro promoveu a troca de experiências sobre soluções tecnológicas já adotadas pelos Tribunais de Contas, além de discutir governança e os impactos da IA na administração pública. Representando o TCE-MS, integrantes da Corte destacaram a importância do evento para aprimorar conhecimentos, compartilhar boas práticas e impulsionar o desenvolvimento de ferramentas inovadoras alinhadas às diretrizes nacionais de inteligência artificial e ao aperfeiçoamento da gestão e do controle dos recursos públicos.

Ouvidoria

Ouvidoria do TCE-MS participa da solenidade de posse da nova diretoria do CNOMP



Na ocasião, o ouvidor do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, Renzo Siufi, assumiu a presidência do CNOMP, destacando que sua gestão será pautada pela "escuta qualificada", com foco no acolhimento das demandas da população e na transformação dessas manifestações em ações efetivas de cidadania.

Representando a Ouvidoria do TCE-MS, o coordenador da Secretaria Executiva da Ouvidoria, Álvaro Scriptore Filho, participou da solenidade de posse da nova diretoria do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP), realizada em Campo Grande.

Dia Nacional do Ouvidor: TCE-MS reforça seu compromisso com o cidadão



O Ouvidor do TCE-MS, conselheiro Osmar Domingues Jeronymo, parabenizou todos os profissionais que promovem o diálogo e a confiança entre o Tribunal e o cidadão sul-mato-grossense.

A Ouvidoria é um espaço democrático que assegura o direito do cidadão de ser ouvido, promovendo a participação popular e contribuindo ativamente para uma gestão pública mais eficiente e transparente. A Ouvidoria atua como uma ponte direta entre a sociedade e a administração pública, fortalecendo o controle social. Alinhando o compromisso com a transparência, destaca-se o trabalho em conciliar o Direito de Acesso à Informação (LAI) e a LGPD, garantindo que a voz do cidadão seja ouvida e respeitada.